
COPENHAGUE – Encontro conjunto: GAC e ccNSO
Terça-feira, 14 de março de 2017 – 11h às 12h CET
ICANN58 | Copenhague, Dinamarca

CHAIR SCHNEIDER: Bom dia a todos. Por favor, ocupem seus lugares que vamos começar daqui a pouco.

Peço também aos vice-presidentes que voltem para a mesa, por favor ocupem seus lugares. Vocês podem ver aqui que temos uma agenda proposta mas vou dar a possibilidade aos colegas da ccNSO para que se aproximem, nem todos os conhecem porque são gente nova.

KATRINA SATAKI: Bom dia, sou Katrina Sataki, sou presidente da ccNSO e tenho prazer de estar hoje aqui entre os governos, então muito obrigada por nos receber nessa oportunidade, para dar esse relatório atualizado. Temos uma lista de atualizações, e vou apresentar os meus colegas na medida em que formos avançando com os temas na agenda para hoje. Em primeiro lugar, quero dar um relatório atualizado do desenvolvimento da ccNSO. Em Hyderabad apresentamos um relatório perante o processo de PDP, de desenvolvimento de políticas que está

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

sendo levado adiante, e agora quero passar a palavra para meu colega Nigel Roberts.

NIGEL ROBERTS:

Obrigado, Katrina. Vou ser breve. Como ela disse, temos muitas ações que estão para começar com relação aos processos de desenvolvimento de política, com relação a retirada dos domínios de primeiro nível com código de país e revisão da ICANN. As ações da IANA que possam chegar a ter com a redelegação e possível retirada dos ccTLDs. E falamos da revisão, da retirada, temos que ter a política sobre retirada já avançada, essa é a última peça do quebra-cabeça. Como antecedente, posso dizer que a assistência ao GAC nesse período de 6 ou 7 anos, trabalhamos avaliando as ações relativas à delegação e redelegação, e depois o marco de interpretação, que foi finalizado com sucesso, aproximadamente há 1 ano.

Durante esse tempo, tivemos um processo através do qual se identificaram 2 brechas, que não podiam ser tratadas como uma simples interpretação da política vinculante já existente, era o RFC 1591, não interessa a criatividade para interpretá-lo, mas a política não tinha nenhuma orientação considerável nessas 2. A retirada foi trazida com relação à RFC 1591, ninguém tinha pensado na retirada, e tinha a ver tudo com criar novos ccTLDs.

Novo mecanismo de revisão, de apelação, como se faz referência em geral, é algo que não tinha sido tratado. Com essa falta, decidimos fazer algo no nosso grupo, então criamos um grupo de trabalho para produzir uma carta orgânica que foi apresentada ao conselho da ccNSO e o conselho terá que nos dar uma resposta formal para poder reiniciar. Vou passar a palavra para Bart Boswinkel.

BART BOSWINKEL:

Júlia, podemos colocar os slides, para que todos possam compreender do que estamos falando?

Vou continuar igualmente dizendo o seguinte, o processo com relação ao PDP da ccNSO começou em janeiro desse ano, com 3 perguntas decorrentes do conselho da ccNSO. A primeira é a óbvia, o conselho da ccNSO deveria iniciar um ccPDP para desenvolver políticas sobre o mecanismo de revisão e retirada do ccTLD que já mencionou Nigel. A segunda pergunta, vou entrar em detalhe depois sobre isso, se deveria haver 1 ou 2 PDPs, porque o tema da revisão e da retirada são interdependentes, e ao mesmo tempo poderíamos dizer que poderiam ser abordados por separado. A terceira pergunta, que é bastante comum colocar no PDP, se isso deveria ser abordado com formato de grupo de trabalho, grupo de ação, ou algum outro mecanismo.

É pertinente para o GAC considerar essas perguntas, e vou fazer alusão a isto no final de meu relatório, porque se pode ver uma solução conforme seja individual ou grupo de ação, é isso que eu acabo de mencionar. Vamos passar para a seguinte, por favor. O mecanismo de revisão incluía, vocês podem ver os detalhes, esse é um contexto, com informação de referência a respeito da menção de um possível mecanismo de revisão, esse é o RFC 1191, e aí temos os estatutos também, o marco de referência. Mas, os estatutos da ICANN, nós temos uma conotação um pouco mais negativa que diz que está excluída.

Como disse Nigel, há uma equipe de revisão que foi constituída para se dedicar às cartas orgânicas, e isso foi para ter uma ideia mais clara dos temas que vamos abordar agora. Há um primeiro mecanismo de revisão, não vou entrar nos detalhes, mas vocês podem ler isso por própria conta, mas podemos dizer que tem a ver com a revisão do mecanismo de alcance e quem tem voz nesse mecanismo de revisão. Aqui temos as bases para o mecanismo de revisão, as regras e estruturas para o mecanismo, e mais uma vez, as perguntas típicas, e com relação à retirada, temos a mesma estrutura.

Temos a equipe de redação, que discutiu os antecedentes para essa situação, já foi feito algum trabalho, a equipe de redação já reconfirmou, agora se fala num grupo de trabalho de delegação e redelegação, que finalizou seu trabalho em 2011. Agora, já é

momento de retomar esse tema. Alguns temas de índole geral sobre retiradas dos ccTLDs, que se referem a terminologia, o que engatilha um trabalho de retirada, vocês podem ler por sua própria conta. E devemos lembrar até o presente, que se é desenvolvida uma política, não só é aplicável aos ccTLDs em código ASCII, mas também aos ccTLDs com IDN, conforme as políticas ou a política global de IDN da ccTLD com código ASCII, porque são considerados com esse código.

A primeira recomendação do administrador de questões que se baseia na resenha geral das questões, critérios de limiar, ter em conta a opinião do assessor jurídico geral, e depois a pergunta é, como podem ver, se o conselho deve lançar 1 ou 2 PDPs. Algumas suposições existem, conforme discussões, a comunidade CC queria ter um mecanismo de revisão com relação a decisão de delegação, revogação, transferência e retirada, mas como disse Nigel, esses temas são um pouco interdependentes, dependem um do outro porque na realidade não há política sobre retirada. Quer dizer que aqui nós tínhamos a situação de quem foi primeiro, o ovo ou a galinha. Na segunda presunção, é que os voluntários que vamos ter à disposição para trabalhar nessas 2 áreas de trabalho é limitada. Muitas pessoas querem participar, mas nem todos podem fazê-lo, por 2 setores separados ao mesmo tempo. Vamos ver então algumas considerações adicionais, há mais flexibilidade para alinhar os

mecanismos de revisão com um único IDP, quando temos a política recomendada implementada para a retirada, isso quer dizer que podemos revê-lo de maneira mais fácil com um único PDP, se vocês têm que terminar um PDP e depois iniciar outro, estão obrigados a rever o primeiro PDP antes de continuar avançando, então muitos argumentos em favor de ter um só PDP e não 2. Essa é uma segunda recomendação que será feita ao conselho, para que se inicie um PDP que comece com o mecanismo de revisão em primeiro lugar, até chegar a um ponto no qual haja a assessoria estável, em torno das decisões que têm a ver com a delegação, transferência, revogação dos ccTLDs, e depois poder trabalhar com a parte que tem a ver com a retirada, e o grupo de trabalho vai ter que ver o processo de revisão novamente. A última pergunta é se há um mecanismo, temos que aplicar um mecanismo de grupo de ação ao grupo de trabalho. O motivo pelo qual isto é pertinente tem a ver com questões administrativas, se analisarmos o anexo B dos estatutos, é claro que vai se formar um grupo de ação, entretanto, a experiência com os grupos de ação, demonstrou que se trata de um processo muito complexo, e a CCNSO tem muito mais experiência com grupos de trabalho, iniciar um grupo de ação pela primeira vez é um processo muito complexo, e talvez seria difícil demais.

Próximo slide. Então, a nossa recomendação é designar 2 grupos de trabalho, um tratando mecanismo de revisão, e outro que trate o tema de retirada dos ccTLDs. As cartas orgânicas preliminares estão incluídas no relatório de questões importantes, então se o conselho está de acordo, essas cartas orgânicas podem passar a entrar em vigor, e o PDP vai se desenvolver utilizando essa metodologia de grupo de trabalho.

Não há mais slides?

Devemos ter outra. O conselho, durante a reunião, deveria iniciar o PDP, o relatório já está disponível no website do grupo do ccTLD, vai estar para emitir comentários públicos, e o resultado desse processo vai alimentar o processo do grupo de trabalho. Na realidade, não vai fazer mudar o relatório por si só, mas os comentários que se emitam nesse período a respeito do relatório de questões vão retroalimentar o trabalho dos 2 grupos de trabalho.

Também vão retroalimentar as discussões depois de que o conselho tenha aprovado as cartas orgânicas, vai se fazer um chamado aos voluntários, e o interesse dos administradores do ccTLD será que exista uma designação por parte do conselho da ccNSO, vão ser convidadas as outras SO e ACs, em particular GAC, GNSO, para ver se podem proporcionar participantes. A ideia não é representar o GAC, mas ter membros para poder

manter-se informados e que o grupo de trabalho também receba informação sobre opiniões ou visões dos membros do GAC. A ideia não é ter um representante do GAC no grupo de trabalhos, simplesmente facilitar essa troca de opiniões, compartilhar os conhecimentos, informação que possa ser pertinente da perspectiva do GAC, e por último, isso é muito importante para o GAC, no seu conjunto, vão pedir ao GAC que emita opinião sobre o relatório de questões, isso vai ser feito daqui a pouco, e no final do processo, vai se voltar a pedir opinião.

Isto é inerente às regras, está explicitamente mencionado nas regras. Aqui temos um cronograma que não chegam a ler, mas é muito a nível geral, e é para que tenham uma ideia dos tempos com os quais pensamos ir chegando a cumprir as tarefas na ccNSO e a ideia é ter tudo finalizado para janeiro de 2019. Mas acho que é uma visão otimista demais, por que é que leva muito tempo? Há diferentes motivos, momentos nos quais há consultas ao público, também temos um mecanismo de votação, considerado aqui para os membros da ccNSO que levam os 4 meses, então se extraímos esses tempos, veja que o trabalho não se estende tanto. Temos a questão de resiliência e outras fontes de informação. Queria saber se tem outra pergunta. Obrigado, vamos ver se tem perguntas.

EGITO: Não é uma pergunta fundamental, mas qual é a diferença entre formar um grupo de ação e um grupo de trabalho?

BART BOSWINKEL: O grupo de ação está definido no anexo B, e definem ali quem tem que fazer o que, e quem tem que participar. Basicamente, faz referência a especialistas externos do grupo de trabalho, um grupo como é conhecido por nós, um mecanismo flexível, por isso se utilizou mais esse método desde o primeiro dia. A prática é um pouco mais parecida com o PDP sobre IDNs, com trabalho efetivo do grupo de trabalho.

IRÃ: Para complementar o que disse, o grupo de ação é um clube de ação em francês, algo que permite se deslocar com mais rapidez em lugar de um grupo de trabalho, onde pode ter meses ou anos, até terminar com o trabalho.

REINO UNIDO: Eu ia perguntar rapidamente, por ignorância, algo com relação à retirada. A retirada tem algum impacto sobre os códigos de país reservados? Estou pensando em .GB que ainda existe, mas que não possui registros. Teria que ler com atenção o relatório de questões, mas seria útil ter indício de se pode existir vínculo com esses códigos de país que não estão ativos atualmente.

NIGEL ROBERTS: Acho que se deve fazer uma distinção entre códigos de país reservados que existem na lista da ISO para os quais nunca houve uma delegação, e que não se utilizaram nunca na internet. O exemplo que dá, .GB, existe, talvez nunca se tenha delegado, mas existe. Aqui falamos da retirada em relação com os códigos de país que existem, isso corresponde a IANA e ICANN, mas antes disso, desde o início da internet, com Jon Postel, no início, isso faz parte da discussão, e esperemos todos oferecer o conhecimento de todos.

BART BOSWINKEL: Se vocês virem os documentos de apoio para o relatório de delegação e redelegação, vocês vão poder ver que a tecnologia que se utiliza não é uniforme, e esse é um dos problemas que advertimos, e que o grupo de trabalho tem que abordar. Se deve trabalhar sob a uniformidade. A pergunta já indica que há dúvida se há retirada, não delegação, então, é um dos temas que o grupo de trabalho vai mencionar.

COMISSÃO EUROPEIA: Muito obrigado por vir e se reunir com todos nós. Vou ler, porque me disseram que não se pode usar siglas e acrônimos, talvez não seja o momento adequado para perguntar isso, mas

eu pergunto se podem fazer atualização sobre o resultado dos próximos passos do painel, de similitudes do processo ampliado da ccNSO que tem uma sigla, que é o grupo de trabalho de PSRP, talvez em algum momento possa fazer algum comentário.

KATRINA SATAKI:

Obrigado à Comissão Europeia, o relatório foi apresentado ao board, e não está na agenda para a sessão de hoje, vamos deixar pendente para a próxima reunião. Passo a palavra para Paquistão.

PAQUISTÃO:

Obrigado. A minha pergunta é, vocês vão iniciar o processo de PDP. Vocês vão iniciar o processo de PDP em 2017 e esperam acabar em 2019. Qual seria a sua abordagem para começar um diálogo com as comunidades, especialmente desses países em situações menos favorecidas? Qual é sua ideia para obter a retroalimentação da operação atual dos ccTLDs, especialmente dos pontos de vista da comunidade? Obrigado.

NIGEL ROBERT:

Na verdade, isso não encaixa, o trabalho na dinâmica do meu próprio grupo de trabalho. Talvez sim, eu poderia nos enviar um email com esta consulta, e podemos passar ao grupo de trabalho encarregado. Katrina, tem algum comentário?

BART BOSWINKEL: Além disso, poderíamos dizer que nós sabemos que as ccTLDs e outros membros que não participam na ccNSO, por isso o senhor não viu, mas se vê a carta orgânica, há uma referência explícita às organizações regionais, para poder chegar aos ccTLDs dessas regiões. Esse é um dos caminhos que podem ser utilizados, e como já mencionamos, há muitas oportunidades para outras partes interessadas e outras comunidades, para que façam as suas contribuições ao trabalho do grupo de trabalho, porque pelo menos, cada um dos grupos de trabalho vai ter 2 períodos de comentários públicos que vão de 40 a 60 dias, e isso é uma boa oportunidade para que se envolvam no debate.

KATRINA SATAKI: Muito bem, passamos agora ao seguinte ponto da agenda, que é uma atualização do grupo de trabalho intercomunitário sobre o uso de nome de países e território. Vou pedir para Annebeth Lange, do .NO, que é membro e vice-presidente desse grupo de trabalho, para que passe seu relatório.

ANNEBETH LANGE: Eu quero saber se vamos ter uma apresentação na tela. Parece que não, muito bem, então eu vou começar com a apresentação, o meu nome é Annebeth, eu faço parte deste

grupo de trabalho intercomunitário para ver o tratamento dos domínios de alto nível no primeiro nível, e para ver o uso dos nomes de países e territórios em dito nível de domínio nas próximas rodadas de novos gTLDs. Como os senhores sabem, temos normas, o guia para o solicitante de novos gTLDs, estamos satisfeitos com essas normas, mas agora surge a pergunta do que acontece na próxima rodada. Aparentemente, nem toda a nossa comunidade está satisfeita com a solução pela qual optamos na rodada prévia, por isso surgem as deliberações nesse grupo de trabalho intercomunitário. Eu estive com vocês em ocasiões anteriores, nesse grupo de trabalho, recebemos um mandado de ver o uso dos códigos e nomes que estão na norma ISO-3166, apenas isso. E tínhamos que ver as políticas existentes e avaliar se era possível ver se há uma realidade comum que possa ser acordada por todas as partes interessadas para os próximos passos a cumprir. Não deveria ser um PDP, mas um grupo de trabalho intercomunitário. O objetivo então era chegar a uma solução, e dar assessoria que pudesse ser incluída num PDP posterior.

Tivemos teleconferências, reuniões presenciais, mas todo esse trabalho leva tempo. Agora, temos um documento preliminar, já publicamos para receber comentários públicos, temos até 21 de abril para apresentar comentários, e nesse documento aparece uma boa síntese de países e territórios ao longo do tempo para

ver o que aconteceu antes do documento RFD 1591, antes e depois desse documento, e se propõe uma nova evolução para uso dos novos gTLDs. Também recomendo a leitura da síntese do método que cumpre a norma ISO-3166, e assim vou entender por que a norma é dessa forma. Resumindo, neste grupo, chegamos a uma conclusão preliminar para os códigos de 2 letras, e todos os grupos de partes interessadas, GNSO, ALAC, SSAC, todos chegamos a um acordo preliminar no qual todas as combinações de 2 letras sejam da norma isso e em outros lugares, deveriam ficar reservadas para os países. Ou seja, se há novos países no futuro, vão ter um código de 2 letras que possa ser atribuído a esses novos países. Com respeito aos códigos de 3 letras, isso trouxe mais problemas e obedece diferentes motivos. Historicamente, os códigos de 3 letras foram gTLDs, e já temos .com que está nessa lista. Temos que considerar se utilizamos os outros desses códigos para gTLDs ou se reservamos igual fazemos com os de 2 letras e nomes de países ou territórios no seu conjunto. Isto vocês podem ver mais a frente, vou passar por cima um pouco, tem a ver com as cadeias de caracteres de 2 caracteres, e aqui os códigos de 3 letras. Tudo isso surgiu nas nossas deliberações a respeito desses temas. É impossível definir um curso de ação porque há pontos de vista divergentes, há aqueles que dizem que deveríamos utilizar como códigos de país, com as mesmas regras que os códigos de país, o que é muito difícil, também se falou dentro dos próximos

procedimentos ou procedimentos a seguir para novos gTLDs dentro da GNSO e também está o tema do trabalho de nomes geográficos realizados pelo GAC, são todos esforços paralelos que não estão coordenados. Já falamos sobre a necessidade de ter uma maior coordenação no futuro.

Com respeito às recomendações, não estamos formulando, realizando sugestões quanto ao conteúdo em si, com recomendações, exceto para os códigos de 2 letras, porque aí sim está clara a situação. Nós estamos apresentando recomendações sobre o que fazer com as futuras deliberações para tratar de chegar a um resultado. Recomendou-se que deveríamos encerrar este grupo de trabalho intercomunitário com este mandato que tem até hoje e continuar trabalhando de outra forma. Então, se pudéssemos consolidar todos esses esforços num único esforço, isso seria positivo. O problema é que agora há um PDP da GNSO que considera que todos os novos gTLDs deveriam ser no seu domínio, mas com respeito a nomes geográficos, de países e territórios, é muito importante isto para vocês e também para nós, e eles entendem isso de outra forma, ou seja, que não podemos deixar apenas nas mãos da GNSO, temos que participar do processo. Então, estamos esperando os comentários públicos e vamos apresentar recomendações atualizadas a ambos os conselhos. Espera-se que isso aconteça na reunião 59 da ICANN, mas como vocês

sabem, vamos ter um seminário WEB em 25 de abril, para falar sobre os nomes geográficos no seu conjunto, e também há uma reunião presencial em Johannesburgo, está planejada também várias sessões importantes para falar sobre este tema.

O que vamos fazer agora? Até podemos acordar como tratar essa questão dos nomes de países e territórios, temos uma solução que apresenta o CCE, os códigos de país, a GNSO tem outra solução, e talvez em última instancia o GAC tenha sua própria solução. Então, eu sugeriria que leiam esse relatório, façam comentários e participem, porque é muito importante para nós.

Muito bem, ficamos a seu dispor, se precisarem de algum tipo de esclarecimento, obrigado por escutar.

KATRINA SATAKI:

Obrigada, Annebeth. Olga tem a palavra.

ARGENTINA:

Obrigada, bom dia. Obrigada por nos visitar, obrigada Annebeth pelo relatório sobre este documento que é tão importante. Falamos sobre o documento em muitas ocasiões, eu quero dizer que como a senhora bem disse no começo de sua apresentação, este grupo de trabalho guarda relação com os nomes que estão na norma ISO-3166, nós em várias oportunidades pensamos em

consolidar nosso trabalho, o trabalho do grupo de trabalho do GAC, sobre a proteção de nomes geográficos e novos gTLDs, com o trabalho deste grupo de trabalho intercomunitário. Eu tenho que dizer que nós analisamos o que acontece com os nomes que não estão em nenhuma lista, e percebemos que havia alguns conflitos depois da primeira rodada, e isso é o que acontece com os nomes que estão nas listas, e isso eu quero deixar bem claro, espero que este seminário web e o diálogo intercomunitário em Johannesburgo possam ajudar. Obrigada, e obrigada pelo relatório.

IRÃ:

Se entendi bem, então, o uso de código de 3 letras para países ou gTLDs no futuro ainda está sendo objeto de deliberação. Eu me encontrei com uma pessoa nos corredores que disse que há algum registro que está utilizando código de 3 letras de um país em especial, que eu não quero mencionar, ponto 3 letras. Isso é o que aconteceu, então é possível parar tudo até termos uma solução, ou implicitamente já considerar seu uso para considerar um fato?

ANNEBETH LANGE:

Eu entendi que essas combinações de nomes que estão na lista, na lista das normas ISO, não podem ser utilizadas nessa rodada, mas outros nomes que não estão na lista, sim, podem ser

registrados, e isso é o que aconteceu, pelo menos na última rodada. Então, segundo o guia para solicitantes de novos gTLDs, deveríamos parar tudo até encontrarmos uma solução, inclusive há uma recomendação do grupo de estudo, prévio a esse grupo de trabalho, que diz que a ccNSO tem que enviar uma carta ao board da ICANN solicitando que não abra esse registro até encontrar um ambiente pertinente e ver como proceder. Realmente, é complicado utilizar os códigos de 3 letras, mas os códigos de 2 letras têm uma proteção, através da lei nacional, e isso é diferente de um país para o outro, mas se temos códigos de 3 letras para um mesmo país num gTLD, essa situação vai gerar confusão para o usuário também. Esses nomes têm outras regras, e são utilizadas no gTLD com um contrato com a ICANN, ou seja, temos que ver como vamos proceder antes de que tudo isso se abra para os registros. Vamos ter muitos problemas políticos e vamos ter que abrir uma coisa sem saber até onde vai, se é que nós sabemos como agir.

ESTADOS UNIDOS:

Obrigado. A questão dos códigos de 3 letras, como mencionou Olga, também gera questões dentro do GAC, estamos vendo nomes geográficos que não estão em uma lista, mas a senhora falou sobre que a GNSO tem uma solução, a ccNSO tem outra, e talvez o GAC tenha uma terceira, então gostaria de saber se a senhora tem alguma opinião, ou se há atividades em

andamento da ccNSO para tratar de ver alguma forma na qual não tenhamos 3 soluções independentes, mas que possamos trabalhar juntos numa única solução. Gostaria de escutar os seus comentários a respeito.

ANNEBETH LANGE:

Como disse Olga, vocês estiveram tratando com os nomes que estão fora das listas. Os nomes que estão na lista ISO-3166 são mais fáceis, inclusive se há diversidade de opiniões, porque do ponto de vista dos gTLDs, querem abrir registros e ganhar dinheiro com eles. Talvez por questões de marcas comerciais ou de outra natureza, isso eu posso entender, mas para nós, essa solução é uma solução ruim. Por isso não conseguimos ter um marco unificado no nosso grupo. Então, deveria ser fácil se trata de uma lista, mas não é, então é inclusive ainda pior se os nomes não estão numa lista. De todas as formas, devemos trabalhar de forma conjunta, porque não queremos chegar nessa situação na qual muitas deliberações importantes surgiram depois de apresentado o primeiro resultado da GNSO. Não queremos chegar à esta instancia. Então, trabalhando com a GNSO, vemos que estão mais abertos a receber nossos comentários e os comentários de vocês também, e que poderíamos chegar a um acordo em conjunto.

COOK ISLANDS: Obrigado por assumir a palavra. Eu não tenho uma pergunta, mas uma declaração. O grupo de trabalho das regiões subatendidas do GAC é o ponto de referência para questões desses ccTLDs que cheguem ao GAC. Nós acordamos assumir este papel, nos reunimos com os senhores e também com a IANA, para informar sobre o que estão fazendo os senhores, dos papéis de cada um, e para procurar a cooperação entre nós, para chegar a uma versão resumida de toda a informação correspondente aos países que tem problemas a respeito dos ccTLDs. Isso vamos publicar no formato de perguntas frequentes sobre ccTLDs e provavelmente um resumo de 2 páginas porque sabemos que no website, há muita informação e às vezes os países se sentem um pouco desorientados. Também temos que ver que esta instancia na qual o GAC pode participar, e chegamos até esse ponto. Qualquer outro compromisso tem que ser feito a nível de cada país. Nós pedimos o seu apoio e cooperação, e que nos ajude nessas questões, obrigado.

ANNEBETH LANGE: Agradecemos o seu convite, agradecemos que solicite os nossos comentários.

KATRINA SATAKI: Muito obrigada. Esperamos cooperar com vocês.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Apenas uma informação adicional para os representantes da ccNSO. Isso é pertinente quanto à questão da delegação e redelegação que vamos tratar depois. Há um grupo de países que tem problemas sobre este ponto e solicitam um apoio do GAC para melhorar ou modificar a sua relação a respeito dos ccTLDs. Por este motivo é que tentamos canalizar esta situação e dar apoio através de grupo de trabalho para regiões subatendidas. Como disse Tepua, a questão aqui tem a ver com a delegação e redelegação que uma serie de países em desenvolvimento e outras regiões também, tem que enfrentar isso para dar alguns antecedentes.

KATRINA SATAKI: Obrigado. Vamos outra vez para a lista de pessoas que pediram a palavra. Palestina agora.

PALESTINA: Obrigado, a senhora falou sobre a delegação. Muito bem, quanto à delegação, quero manifestar o seguinte. O Que quer dizer a senhora, quem vai gerir o ccTLD para um país, eu sou consciente de que há uma grande quantidade de problemas sobre a gestão de um ccTLD quando um governo ou autoridade pode fazer o uso indevido dele. Eu sei de pessoas de alguns

países específicos que veem isso como um projeto com fins lucrativos, então, a futuro, qual seria a sua posição a respeito desse ponto, qual seria a possível solução da administração do ccTLD por parte de governo e outros países?

KATRINA SATAKI:

Obrigada. Esse é um dos pontos na nossa agenda para o dia de hoje, também foi mencionado na nossa deliberação, os colegas que me antecederam então talvez isso seja algo que deveria adicionar como contribuição a esse documento que acabamos de mencionar, que os governos que tentem explicar tudo isso, principalmente as pessoas que estão fora dessa comunidade, o que significam todos esses termos, o que são as partes com interesse significativo nas quais está o governo, todas essas partes deveriam assumir um papel nesta situação. Annebeth, o grupo de trabalho intercomunitário sobre uso de nomes de países e territórios não se encarregam dessa questão. Vamos passar agora para a Suíça.

SUÍÇA:

Bom dia. Estou muito contente de ver todos vocês aqui, manter esse diálogo com vocês. Com relação ao relatório provisório deste grupo de trabalho do CCWG sobre nomes de países e territórios, queria fazer uma primeira pergunta.

Vocês, em algum momento, conseguiram falar sobre os nomes completos ou abreviados, oficiais, dos países e proprietários? E em segundo lugar, eu não lembro, vendo as versões anteriores do relatório, de ter visto pesquisa demais a respeito da posição da ccNSO e do GAC quando foi desenvolvida a primeira rodada em 2012. Por exemplo, há uma assessoria de longa data do GAC sobre os princípios do novo gTLD de 2007, e o mesmo se mostra nesses princípios do ccTLD em 2005, que deveriam se evitar o uso de nomes de países e territórios. E também, em Nairóbi, emite um comunicado, aparentemente ali se deixava implícito que os nomes e abreviações dos países e territórios deviam ser gerenciados como ccTLD ou alguma coisa parecida. Também houve trocas dessa mesma época entre os que presidiam a ccNSO, o board da ICANN, em que se expressaram posições similares. Então, minha pergunta seria, foi levado em conta isso realmente, porque pelo menos para o GAC, como falamos faz 2 dias, a assessoria não mudou. Qual é a posição da ccNSO sobre essas questões agora? A ccNSO apoia as opiniões expressas quando se desenvolveu a primeira rodada? E também, além de recorrer com essa questão à ccNSO, ao GNSO para esses nomes de países e territórios, entendo que há um questionamento fundamental que surge a tudo isso, que é se esses TLDs são mais similares ao que era um nome genérico, nomes genéricos de primeiro nível, ou se são mais similares a nomes de domínio de primeiro nível com código de país, e é claro, isso se vincula com

o marco contratual estabelecido pela ICANN, e se esse deveria ser aplicado, caso das gTLDs, ou se estamos falando aqui realmente de algo que para a comunidade local é de competência da comunidade local, território, do país. Essas são perguntas fundamentais e eu temo que no relatório provisório não encontre uma discussão dessas questões. É muito difícil entender esse dilema, ou posição, entre a formulação exata da recomendação 3, que acho que é a B ou C, para aqueles que estão fora dessa discussão. Acho que é muito difícil entender o que está por trás disso, mas as perguntas fundamentais são muito difíceis de achar nesse relatório tão extenso. Obrigado.

ANNEBETH LANGEL:

Obrigada, Jorge, são muitas perguntas ao mesmo tempo, vou tentar responder.

No que diz respeito aos nomes de países e territórios, consideramos os códigos de 3 letras porque tínhamos todos esses problemas para encontrar a maneira de avançar, e com relação as contribuições do GAC, podemos começar com os princípios do GAC de 2005, para os novos gTLDs. Já nessa altura, o GAC tinha manifestado que devia se ter cuidado com o uso dos nomes de países e territórios, isso foi reiterado em diversas oportunidades na assessoria do GAC e outras discussões. A minha sensação é que até hoje, o GAC foi muito claro nesse

sentido, e na maior parte, a ccNSO se ajusta também a esse princípio discutido, e que acabou concretizado no guia do solicitante. Mas, como temos um processo da GNSO que começou com os novos gTLDs , devemos ter a discussão com eles, e nessas discussões, estamos numa posição minoritária, há muita oposição à proteção e o argumento que é utilizado tem a ver com os direitos legais dos nomes de países e territórios, e como vocês sabem, não tem a proteção legal realmente.

É muito fácil para alguns advogados apresentar os argumentos contra os direitos legais de uma marca comercial, por exemplo. A minha visão é que isso não tem só a ver com as leis, há muito de política aqui, e no final, afinal de contas, é a ICANN quem vai estabelecer um contrato privado com solicitantes de um TLD, e a ICANN pode decidir que pode proteger alguns nomes e mantê-los fora dos processos de solicitações. Quando é criada uma demora no processo e ao mesmo tempo processos políticos, por isso aqui são colocados argumentos legais, mas não são os únicos a considerar. Entendo que é muito difícil ler o relatório, e as recomendações, essas alternativas 1, 2, 3, mostram a dificuldade que tivemos para ter alguma posição sobre essas questões.

Colocando essas opções ali, estamos tentando dizer que todos deveriam ter um PDP da GNSO, deve-se estabelecer um novo sob o âmbito da ccNSO, deveria haver um novo grupo de

trabalho intercomunitário, com mandato ampliado, e esperamos que mais membros do GAC participem, pelo menos para reiterar a assessoria que vocês já ofereceram em outras oportunidades. Nessa instância, poderíamos dizer que nos mantemos como estamos, mantemos o status quo, chegamos a uma boa solução intermediária mesmo quando os governos não tiveram tudo que queriam no guia do solicitante.

KATRINA SATAKI:

Estamos ficando sem tempo, e temos que passar para a próxima sessão.

Annebeth, posso pedir também que seja breve na sua resposta?

Países Baixos tem a palavra.

PAÍSES BAIXOS:

Estou surpreso pelo fato de que está se falando aqui de código de 3 letras, e vemos só problemas, questões políticas. O que me surpreende é que embora tenhamos tido algumas discussões no passado, a ICANN foi evoluindo e agora vemos novos tipos de solicitações.

Agora, por exemplo, há países conhecidos mais pelos seus códigos de 3 letras. Minha pergunta é, por que vocês deveriam poder outorgar a esses países com o consentimento da

comunidade de internet incluindo os governos, por que deveriam dizer que não podem ter esses códigos? Essa é outra posição, porque podemos dizer, bem, se é algo que querem, quais as garantias? Por enquanto, estamos vendo de uma ótica diferente, dizemos, “Não, é difícil”. Ou “não, estamos de acordo”. Deveríamos dar uma virada a essa discussão.

ANNEBETH LANGEL: Thomas, é isso que estamos discutindo, a maneira em que podemos tratar do mesmo jeito que os governos, podemos fazê-lo sem que haja objeções ou apoio dos governos.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, acho que devemos finalizar. Irã pediu a palavra, vou passar a palavra nos minutos. Temos exemplos concretos do que os países gostariam de ter como código de 3 letras. Demos assessoria nas últimas reuniões, mas ainda não chegamos a um acordo de mudar nada disso. Com relação ao que disse Suíça, os representantes dos grupos de TLD de nomes geográficos se aproximaram de nós nessa semana e delinearam o que consideram, seja TLDs geográficos, que têm a ver com fronteiras geográficas e políticas. Isto deve ser considerado nas nossas discussões futuras. Com relação ao direito, há países que protegem esses nomes, mas há outros que não os protegem. Devemos fazer uma diferença fundamental com o sistema das

marcas comerciais que está dividida entre sistemas nacionais, que podem diferir. Portanto, acho que não é algo que seja necessariamente de interesse puro para a GNSO, que talvez poderíamos ter um grupo de trabalho intercomunitário sobre nomes geográficos no nosso âmbito. Se deve pensar que todos somos iguais nessa discussão, isso não se limita à GNSO.

Passo a palavra para Irã.

IRÃ:

Obrigado. Por questões de tempo, vou dizer que mencionamos já nossa posição, que talvez não seja compartilhada por outros. Eu acho que a única maneira de chegar a um resultado é através de uma colaboração mútua com um grupo formado por 3 partes, não penso porque se fale de grupos minoritários ou majoritários. Tudo está sob domínio da GNSO, quando abrimos a boca, em seguida, a tonelada de multidões de advogados que nos atacam. Isso não significa que tenhamos que ficar calados, expressamos nossas opiniões e tentar convencer outros. Não podemos ser maioria ou minoria, todos temos que trabalhar da mesma maneira.

KATRINA SATAKI:

Por falar nos ataques dos advogados, passamos a um tema daqui da agenda. Queríamos colocar o tema de como vocês

implementam os estatutos, para nós foi um grande desafio, trabalhamos no âmbito de implementação, e é difícil ler e entender os estatutos. Talvez entender para os governos não seja tão problemático porque estão acostumados a ler esse tipo de documento, mas para nós é um desafio. Queria então passar a palavra à Stephen para que ele fale a respeito.

STEPHEN DEERHAKE:

Vou fazer um relatório atualizado de como estão modificando nossos procedimentos operacionais conforme as mudanças nos estatutos em particular para cumprir com os requisitos do anexo D, e cumprir nossa responsabilidade como parte da comunidade empoderada. Estamos produzindo diretrizes gerais, analisando procedimentos atuais sobre como deveríamos nos manejar como organização de apoio, como se fazem as solicitações de aprovação, de rejeição, o board está planejando fazer uma mudança nos estatutos fundamentais que vai dar lugar, nós como membros da ccNSO vamos participar da reunião de Johannesburgo mas vai ser uma sessão com tema de grande interesse, e a ICANN deverá explicar como vamos nos organizar. Temos preocupação com alguns dos alinhamentos que temos, principalmente no anexo D dos estatutos, não operamos com muita velocidade porque deliberamos muito, então vamos ter que mudar alguns aspectos dos nossos procedimentos atuais, uma vez que o rascunho dessas linhas

comece a ser circulado, estará disponível para que todos possamos dar uma olhada e ver como está se trabalhando.

Além da aprovação de Johannesburgo, quero lembrar a comunidade que temos um ciclo de aprovação de orçamentos que vai começar e o board da ICANN deveria aprovar o orçamento para o exercício fiscal número 18 na reunião de Johannesburgo no final de junho. Isso vai gerar um período de apresentação de petições de rejeições, que vai se estender até a terceira semana de julho, se é que não há grandes problemas. Diferentes pessoas vão estar interessadas nesse ponto, porque tem que se organizar, vai também ser dado um fórum através de uma teleconferência, uma reunião, e também videoconferências para acompanhamento. É isso que eu posso dizer de forma resumida.

KATRINA SATAKI:

Obrigada, Stephen. Agora, Thomas Schneider.

CHAIR SCHNEIDER:

Sim, eu quero dizer que estamos na mesma situação, e que temos as mesmas deliberações. Gostaríamos de intercambiar, por exemplo, para nos preparar na reunião de Johannesburgo, e pode participar nessas atividades. Talvez poderíamos fazer uma teleconferência nas próximas semanas que esteja aberta aos

líderes dessas organizações, mas também na qual possam participar como ouvintes todos aqueles que estejam interessados nessa discussão, ver como podemos manejar nossos procedimentos.

STEPHEN DEERHAKE: Eu, com prazer, participaria dessa teleconferência, acho que o pessoal da ICANN vai poder organizar essa teleconferência, acho que é uma boa ideia.

KATRINA SATAKI: Vamos nos ocupar disso.

O último tema, que tem a ver com a programação das reuniões da ICANN. Ainda estamos no processo de aprendizagem, e a respeito dessa nova programação de reuniões, e ainda para nós está muito desorganizado, por exemplo, na quinta-feira de manhã vamos ter um café da manhã onde vamos começar a discutir o planejamento para nossa próxima reunião de Johannesburgo. A ideia é limitar o número de pessoas que participem da discussão da agenda do programa mais amplo para a reunião da ICANN, porque para nós, como estão configuradas essas reuniões, não é razoável se temos muitas pessoas que querem fazer comentário. Vamos propor ter uma pessoa por SO e AC, e a função dessa pessoa será a de incentivar

a comunicação com a sua comunidade e depois passariam a trabalhar num grupo menor que seria o comitê de programa, que faria todo o trabalho mais pesado no planejamento. Essa é a nossa proposta, não sei se vocês apoiam ou não. Se tem algum comentário a respeito, alguma outra proposta, com prazer vamos analisar.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, em 30 segundos me permitam dizer que têm razão. Estivemos um pouco mais desorganizados em reuniões anteriores, mas eu acho que estamos bem encaminhados, já estamos melhor do que nas últimas reuniões, mas a sua proposta merece a sua atenção, agora as reuniões no café da manhã, eu acho que são as melhores reuniões, talvez não tenhamos uma sessão sobre este tema, mas certamente que vamos dar a nossa opinião e discutir de maneira informal, e transmitir depois nossas conclusões, muito obrigado, da próxima vez tentaremos fazer com que a reunião seja um pouco mais extensa, esperamos ansiosos manter essa troca de ideia. Eu e Katrina vamos começar no horário, vocês sabem, o horário, o tempo, é relativo.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]